

7.06.99 - Geografia.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: SIGNIFICADOS E CONDIÇÕES

Pedro Moreno Lima¹, Gloria da Anunciação Alves²

1. Estudante de Geografia na Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

2. Professora da FFLCH-USP - Departamento de Geografia/Orientadora

Resumo

O presente trabalho investiga a expansão do ensino superior privado no município de São Paulo, tendo em vista a relevância para o setor, com prioridade para o período que se inicia na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. A fim de melhor compreender este fenômeno, foi realizado levantamento bibliográfico de artigos que tratam do setor e coletado dados estatísticos e de localização que possibilitaram a elaboração de um produto cartográfico de distribuição espacial das Instituições de Ensino (IES) e suas modalidades (presenciais ou a distância). As conclusões, a partir destes dados, se situam em torno de reflexões acerca da educação enquanto complexo social e as formas pelas quais se estabelece na sociabilidade capitalista, levando em consideração o espaço urbano e suas possibilidades de uso por parte das IES.

Palavras-chave: Mercantilização; Neoliberalismo; Território.

Apoio financeiro: CNPq

Trabalho selecionado para a JNIC: USP

Introdução

O setor econômico da educação privada vem se expandindo com vigor nas duas últimas décadas. O retrato que temos é de predomínio do setor privado sobre o público, com as grandes Instituições de Ensino Superior (IES) privadas presentes nas bolsas de valores. Este processo não é, no entanto, natural, resultado do espírito empreendedor. Há uma participação ativa do Estado na formulação de políticas públicas e leis que organizam e de certa forma promovem a reprodução da configuração atual do ensino. Mas a economia não depende somente da produção. Isto é, não basta existirem IES com possibilidades variadas de formação em termos de cursos e financiamento. É necessário que haja consumidores do serviço. Ainda, há, como qualquer outro produto no mercado, opções de IES para diferentes rendas, de tal forma que a seletividade de consumidor (portanto espacial) se mostra basilar na expansão do setor. Os estudantes, público diverso, ocupam espaços diferentes nas cidades. São sujeitos que trabalham, se locomovem, buscam lazer, objetivam futuros pessoais a cada um. A configuração do ensino se assenta nessa diversidade encontrando nela uma seletividade espacial. Sendo assim, quais são as condições para a reprodução deste setor?

Buscando contribuir com o debate e tendo como princípio a tentativa de compreensão da realidade como ela se apresenta, o objetivo principal do presente trabalho consiste na análise do processo de expansão e formação da configuração espacial da rede de ensino superior privado no município de São Paulo - SP, em um recorte temporal que se inicia em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e se estende até os dias atuais. A escolha do município se deve ao peso que possui em termos de matrículas e instituições, o maior no país. Este fenômeno, entretanto, se desdobra na compreensão mais ampla do setor em um contexto de globalização e financeirização da economia em escala global que, com as devidas articulações escalares, se (re)produz no espaço nacional e urbano.

Metodologia

Antes, alguns esclarecimentos: as normas que tratam da educação superior são muitas, o que impede um estudo que trate dos impactos de cada uma, especificamente. Assim, como afirmaram Jacques e Simon Schwartzman¹, “esta enorme quantidade de normas que se sucedem permanentemente torna impossível qualquer tentativa de sistematizar o marco normativo relativo ao ensino superior privado, exceto em suas linhas mais gerais, ou em relação a questões muito específicas”. Além disto, é fundamental destacar que o Censo da Educação Superior, série de dados mais importante para a análise do desenvolvimento das IES, ofereceu

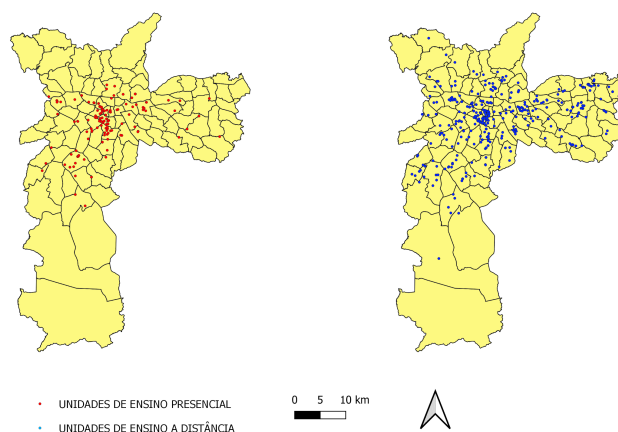
¹ SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. O ensino superior privado como setor econômico, p. 5.

algumas de suas informações de forma irregular. Por exemplo: os primeiros quatro anos de dados não contém números específicos sobre o total de matrículas por Capital e Interior, como ocorre nos anos seguintes.

Os procedimentos adotados para a elaboração deste trabalho consistiram, em um primeiro momento, no levantamento de dados estatísticos e espaciais, a fim de melhor compreender a dimensão do fenômeno abordado e o sentido que deveria ser tomado para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos, teses e outros textos que fornecessem a base teórica necessária para a realização do trabalho. A orientação do levantamento bibliográfico consistiu em obras que fossem capazes de promover uma reflexão crítica do desenvolvimento do setor privado da educação superior e da dinâmica do capitalismo. Sendo assim, merece destaque Wilson Mesquita de Almeida em sua tese de doutorado. Por fim, foram consultadas revistas especializadas no mercado financeiro.

A coleta de dados se deu tanto por fontes primárias quanto secundárias. O Ministério da Educação (MEC), por meio de seu endereço eletrônico², fornece o Cadastro Nacional das IES, o que inclui a localização das sedes e credenciamento (Ensino a Distância e/ou Presencial). A partir destes dados, foi possível realizar a busca online das IES que possuem mais de uma unidade e as modalidades de ensino oferecidas em cada uma destas, a fim de elaborar um produto cartográfico (MAPA 1) que contemplasse a distribuição espacial real destas empresas de acordo com os serviços ofertados. Outros dados estatísticos, como número de matrículas e oferta de vagas, puderam ser consultados em artigos publicados (AGAPITO, 2016; CORBUCCI, KUBOTA, MEIRA, 2016; MANCEBO, VALE, MARTINS; 2015) e estão também disponíveis online nos Censos da Educação Superior (MEC).

UNIDADES POR MODALIDADE DE ENSINO



Mapa 1. Elaboração do autor. Fonte: MEC/Cadastro Nacional de 2010.

Resultados e Discussão

Compreende-se que, a partir da LDB de 1996, um novo caminho foi aberto para a expansão deste tipo de ensino. Tratou-se da flexibilização do sistema, com possibilidade de inserir instituições nas Bolsas de Valores e credenciarem-se como entidades com fins lucrativos. Isto, entretanto, não ocorreu isoladamente em São Paulo ou no Brasil. Este marco jurídico formaliza relações estabelecidas entre Estado e Instituições Financeiras Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para atender alguns dos requisitos de acesso ao crédito, além de constituir parte da integração do Brasil ao neoliberalismo e, portanto, ao sistema financeiro reorganizado após a crise de 1973. Como afirmou PEREIRA (2017, p. 76)

[...] a educação, principalmente o ensino superior, passou a ser alvo de disputa do capital. Cristalizada como um artigo mercadológico, a partir de propostas da Organização Mundial do Comércio, o setor foi amplamente debatido em fóruns econômicos pelos organismos internacionais. Como dito anteriormente, evidenciou-se na documentação do Banco Mundial e de outras organizações congêneres, que a educação superior passou a ser compreendida como um setor atrativo para o investimento e a acumulação capitalistas.

O Prouni e o FIES, após a promulgação da Lei nº 11.906/2005, tornaram-se parte da estrutura a qual o sistema de ensino superior privado se assenta. Ao longo dos anos, a parcela de alunos ingressantes pelos programas aumentou, de forma que a dependência das Instituições de Ensino Superior (IES) para com estes programas também aumentou. Ao passo que o Prouni oferece bolsas integrais e parciais de estudo, o FIES garante um financiamento pelo qual o estudante deverá quitar após a formatura. Este pagamento é realizado ao Estado, o que significa que estas IES garantiram alunos financiados por um credor extremamente confiável:

² Acesso ao Cadastro Nacional em: <https://emec.mec.gov.br/>

o Estado Brasileiro. Em 2019, por exemplo, 47% dos estudantes (FIES) estavam inadimplentes³. As IES, entretanto, tiveram suas matrículas e mensalidades pagas pelo Governo Federal, enquanto os estudantes contraíram uma dívida para com o Estado.

Por fim, o EaD parece constituir a nova estratégia de acumulação que, possibilitando a redução de gastos das instituições, aumenta sua margem de lucro e garante a expansão da rede de ensino. Segundo o Ministério da Educação⁴, 1.592.184 de estudantes, 43,8% do total, estão matriculados em cursos na modalidade EaD. Estes cursos são oferecidos em unidades de caráter variado. A maioria encontra-se ofertada nos chamados polos EaD onde, eventualmente, o aluno realiza alguma prova ou aula prática. De maneira geral, estes polos são de baixo custo de manutenção e podem ampliar-se com bastante rapidez.

Às áreas periféricas restam os tickets mais baratos na modalidade EaD de instituições de menor prestígio acadêmico. O preço médio mensal do ticket para cursos presenciais está em R\$ 783,00, enquanto para cursos EaD o preço é de R\$ 191,00⁵. Isto ocorre porque há a necessidade de ampliação do consumo de massa e concentração econômica. Ou seja, se busca a aproximação do consumidor de forma seletiva, o que é possível pela segregação socioespacial no interior de uma mesma cidade. Diferentes espaços de uma mesma cidade são diferentes nichos de rentabilidade ao capital que se apropria desta diferenciação interna de maneira lucrativa. As formas espaciais do complexo educacional se alinham à crise do capital e seu desemprego estrutural, de tal forma que a necessidade de reprodução de uma classe trabalhadora se torna lucrativa para as IES privadas, que tem na seletividade espacial e a expansão periférica na cidade elementos fundamentais para a reprodução do setor. A fonte de riqueza destas empresas se torna, portanto, aquelas pessoas que buscam na qualificação profissional a garantia de emprego. Em outras palavras, busca-se a reprodução deste capital em uma das propriedades de sua própria crise: o desemprego estrutural.

Conclusões

A adesão do Brasil aos programas recomendados pelas Instituições Financeiras Internacionais disponíveis em seus documentos - FMI e BM - e acordados no Consenso de Washington produziu dispositivos legais de orientação neoliberal para a expansão do setor. Sendo assim, uma nova dinâmica se inicia a partir da LDB de 1996, com relativa autonomização e flexibilização das fronteiras de acumulação no setor.

Neste sentido, com o fortalecimento dos programas de financiamento e crédito estudantil, o processo de fusões e aquisições também se intensifica com a garantia de uma demanda efetiva alta por parte do Estado. Por outro lado, o interesse da população no ensino superior se fundamenta na TCH, a qual promove a individualização do projeto de empregabilidade e melhores condições de trabalho. O capitalismo constantemente se reorganiza e elabora tentativas de contenção das contradições mais evidentes em crise. Uma potencial dificuldade - contradição - para a reprodução do capital se encontra em David Harvey (2011) quando se afirma que a disponibilidade de mão-de-obra deixa de ser um problema em si, entretanto gera-se uma massa de desempregados e de baixos salários para empregados, de forma que falta demanda de base dinheiro para a necessária expansão da produção. É neste contexto que a formação e especialização aparecem como necessidades para os indivíduos buscarem sua sobrevivência.

Por fim, trata-se de uma categoria social - educação - que se insere no rol de relações sociais que se reproduzem no contexto histórico específico do modo de produção capitalista, tendo, assim, adquirido significados próprios de uma sociedade neoliberal. A dinâmica do setor se fundamenta, portanto, na apropriação da educação como mercadoria e na reprodução do espaço urbano em suas contradições que, em suas múltiplas territorialidades, possibilita ao setor a promoção de uma seletividade espacial em seus serviços a partir do oferecimento de cursos de mais baixo custo nas periferias e na modalidade EaD. As infraestruturas de transporte coletivo orientam as movimentações em massa, de maneira que, como mostraram Abdal e Navarra (2014), os alunos "prounistas" tendem a escolher sua IES de acordo com a distância, priorizando as mais próximas e/ou de fácil acesso.

Têm-se formas de reprodução como críticas em sua estrutura, nas suas contradições irreparáveis e irremediáveis, cujas medidas compensatórias acabam não compensando. Para reconhecer o caráter crítico da sociabilidade capitalista, é necessária a apreensão destas contradições e o reconhecimento de sua forma histórica, isto é, não natural. A cidade de São Paulo, enquanto espaço de complexização crescente, gera complexas redes, formas de consumo e centralidades. Portanto, as formas espaciais de acumulação se diversificam segundo uma lógica ampla de localização. Somadas às variáveis acima explicitadas, tem-se uma ampla gama de possibilidades e estratégias de reprodução do capital.

Referências bibliográficas

³<http://abmes.org.br/public/index.php/noticias/detalhe/3319/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atuais-estudantes-inadimplentes>

⁴ Sinopse Estatística da Educação Superior de 2019.

⁵<https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-com-reestruturacao-da-kroton-comecando-a-dar-frutos-e-novo-vilao-no-balanco-analistas-mantem-cautela-com-acao/>

ABDAL, Alexandre; NAVARRA, Julia. **"Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa": Deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado.** Novos estudos CEBRAP (99), Jul. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000200004>

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. **Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade.** Temporalis, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALVES, Glória da Anunciação. **As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. Geografia Urbana Crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Evolução da Educação Superior Privada no Brasil: da Reforma Universitária de 1968 à década de 2010.** Radar, 46, ago. 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011. 1ª edição.

MACENO, Talvanes Eugênio. **A Impossibilidade da Universalização da Educação.** São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995 - 2010.** Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I.** São Paulo: Boitempo: 2ª edição. 2011.

PEREIRA, T. L. **Monopolização do Ensino Superior privado no Brasil por meio de processo de fusões e aquisições: o grupo UNIESP em questão.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2017.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico.** 2002. Acesso em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>